

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 06 de agosto de 2019 às 07h30
Seleção de Notícias

Estadão.com.br - Últimas notícias | BR

Marco regulatório | Anvisa

Regulamentação de cannabis medicinal na Anvisa fica nas mãos de militar 3
MARIANNA HOLANDA

Abipti | BR

05 de agosto de 2019 | Marco regulatório | INPI

Programa Patentes Verdes pode virar lei, analisa CCT 4

Metrópoles Online | DF

05 de agosto de 2019 | Inovação

Senado terá debate sobre impactos da Lei Geral de Proteção de Dados 5

Regulamentação de cannabis medicinal na Anvisa fica nas mãos de militar



comandava a diretoria de estudos a respeito da *cannabis* >.

Continuar lendo Marianna Holanda

Leopoldo Silva/Agência Senado

O contra-almirante **Antonio** Barra Torres, recém-nomeado diretor da **Anvisa**, ficou responsável pela área de estudos de regulamentação do plantio de *cannabis* medicinal.

O presidente da **Anvisa**, William Dibb, já disse que esta será uma das prioridades da agência neste ano, mas Bolsonaro e Osmar Terra são contrários.

Na semana passada, Torres teve audiência com o presidente no Planalto e seu nome foi ventilado para substituir Dibb no comando da agência.

Era Dibb quem, na ausência de um diretor indicado,

Programa Patentes Verdes pode virar lei, analisa CCT



A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) pode aprovar na quarta-feira (7) o projeto de Ciro Nogueira (PP-PI) que torna permanente o programa Patentes Verdes (PLS 158/2012), do [Instituto Nacional de Propriedade Industrial \(INPI\)](#). Hoje o Patentes Verdes é regido por uma resolução do órgão, que é mais facilmente revogável que uma lei.

O site do [INPI](#) explica que o Patentes Verdes tem como objetivo contribuir para o enfrentamento das mudanças climáticas globais e visa acelerar o exame dos pedidos de patentes relacionados a técnicas voltadas ao meio ambiente. Possibilita a identificação de novas tecnologias que possam ser rapidamente usadas pela sociedade, estimulando seu licenciamento e incentivando a inovação no país. Na prática, permite ao órgão realizar o exame prioritário de pedidos relacionados a tecnologias verdes como serviço.

Menos burocracia

A relatora na CCT é a senadora Mailza Gomes (P-P-AC), que também defende priorizar o processo de patentear de novas tecnologias voltadas ao desenvolvimento sustentável.

"O [processo](#) de patentes verdes não pode seguir o rito ordinário que, não raro, chega a levar mais de 10 anos. Temos que tornar lei a obrigação do Estado de con-

ferir prioridade ao exame do pedido de patentes verdes, visando estimular o processo de inovação e a incorporação no processo produtivo. Este projeto torna permanente o programa Patentes Verdes, que confere prioridade às inovações com viés ambiental, incentivando que as novas tecnologias sejam rapidamente usadas pela sociedade e, assim, surtam os efeitos ambientais desejados", pontua Mailza no relatório.

Caso seja aprovado na CCT, o projeto poderá seguir para a análise da Câmara dos Deputados.

Fonte: Agência Senado

O post Programa Patentes Verdes pode virar lei, analisa CCT apareceu primeiro em ABIPTI.

Senado terá debate sobre impactos da Lei Geral de Proteção de Dados

Brasil

Senado terá debate sobre impactos da Lei Geral de Proteção de Dados

Empresas públicas e privadas têm até agosto do próximo ano para se adequarem às normas. Multas podem chegar a R\$ 50 mil por infração

Michael Melo/Metrópoles

SEM COMENTÁRIO

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), sancionada em 9 de julho pelo presidente da República, Jair Bolsonaro (PSL), entra em vigor em agosto do próximo ano. Desta forma, empresas públicas e privadas ainda têm pouco menos de um ano para regulamentar o uso de informações pessoais de funcionários e clientes. As instituições que não se adequarem à nova norma estarão sujeitas a pagar multas que podem chegar a R\$ 50 mil por infração.

Na prática, o dispositivo regula as atividades de tratamento de dados pessoais pelas organizações brasileiras e garante um maior controle dos cidadãos sobre suas informações privadas. Segundo o presidente do Instituto Illuminante de **Inovação Tecnológica e Impacto Social**, Gilberto Lima Jr., dentro do período estipulado pela lei as empresas terão que passar por uma "reformulação inteira". "A coleta, armazenagem, manuseio e divulgação de dados deverão seguir as normas de segurança", afirmou.

Mais sobre o assunto

Câmara aprova MP que cria Autoridade Nacional de Proteção de Dados

Matéria segue para análise do Senado e deve ser apreciada até o dia 3 de junho para não perder a validade

O Regulamento Geral de Proteção de Dados (GDPR) aprovado pelo Parlamento Europeu serviu de inspiração para a lei implementada no Brasil. Contudo, de acordo com Gilberto Lima, a norma europeia não inclui empresas públicas, o que difere da legislação brasileira. "Aqui no Brasil, embora os vetos de Bolsonaro tenham flexibilizado alguns pontos da LGPD, as instituições públicas estão sujeitas à lei", pontuou o presidente do Instituto Illuminante.

A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) será responsável pelo controle das organizações e terá a tarefa de averiguar, por exemplo, se empresas do ramo de tecnologia, como redes sociais, informam os usuários e obtêm o consentimento destes antes de manipular informações pessoais. No entanto, a criação da ANPD tem recebido críticas. Um dos pontos questionados é a vinculação do órgão público à Presidência da República.

Adequações

Para Gilberto Lima, as adequações as quais serão submetidas as instituições são complexas. "O nível de complexidade é grande, mas há uma folga até agosto de 2020", argumentou. Ele explicou que a medida é necessária, pois existem "problemas de gestão e jurídicos" que envolvem o controle de dados pessoais de clientes externos e principalmente internos.

Citada pelo especialista em tecnologia como uma das iniciativas que deverão ser tomadas pelos empresários está a contratação de profissionais de proteção de dados, os chamados Data Protection Officers (DPO) - na língua inglesa. Uma medida alternativa, segundo Gilberto, seria a implementação de um sistema de automação eficiente.

Seminário

Para debater sobre a LGPD, o Instituto Illuminante de

Continuação: Senado terá debate sobre impactos da Lei Geral de Proteção de Dados

Inovação Tecnológica e Impacto Social e o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) promoverão às 15h desta terça-feira (06/08/2019) o painel "Os impactos da Lei Geral de Proteção de Dados na sociedade brasileira".

O evento contará com a participação do representante do Ministério da Economia para a área de

desburocratização e digitalização, José Ziebarth, e com uma palestra do jurista especializado em direito digital Adriano Mendes, sobre os desafios à implementação nova lei. O painel será realizado no Auditório Petrônio Portela, no Senado.

Índice remissivo de assuntos

Marco regulatório | Anvisa
3

Marco regulatório | INPI
4

Patentes
4

Inovação
5